



Resolução Final do 26º Congresso Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduandos:

Em defesa da ciência, da universidade e do Brasil: o que é público não se vende!

Universidade de Brasília, Distrito Federal

01 de julho de 2018



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

Gestão 2018/2020

Presidenta

Flávia Calé (USP)

Vice-Presidente

Manuelle Matias (UERJ)

Tesouraria Geral

Karen Castelli (UNESP)

Secretário-Geral

Flávio Franco (UNICAMP)

Diretor de Comunicação

Vinicius Soares (UPE)

Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação

Gabriel Colombo (USP)

Diretora de Política Institucionais

Gabriela Reis (UFMG)

1ª Diretora de Políticas Institucionais

Fernanda Esthefane (UFMG)

2ª Diretora de Políticas Institucionais

Helena Augusta (UnB)

Diretor de Relações Internacionais

Mateus Fiorentini (USP)

Diretor de Instituições Particulares

Victor Henrique Grampa
(MACKENZIE)

Diretor de Instituições Públicas

José Germano Neto (UFRN)

Diretor de Movimentos Sociais

Rodolfo Lima (UFAL)

Vice-Presidenta Regional Sul

Marianna Rodrigues
(UFRGS)

Vice-Presidente Regional Sudeste

Thiago Dias (Faculdade de
Direito Milton Campos)

Vice-Presidenta Regional São Paulo

Rai Campos (USP - Ribeirão
Preto)

Vice-Presidenta Regional Centro-Oeste

Thamiris Oliveira (UnB)

Vice-Presidente Regional Nordeste

Cássio Borges (UFPI)

Vice-Presidenta Regional Norte

Dhyene dos Santos (UFAM)

Diretor de Saúde

Yasmin Raísa (Fiocruz-PE)

Diretor de Cultura e Eventos Científicos

Maria Emília Ribeiro
(UFBA)

Diretor de Políticas Educativas

Rafael Souza (UFRJ)

Diretor de Pós-Graduação Lato Sensu

Isabela Gobbo (UEPG)

Diretora de Mulheres

Stella Gontijo (UFF)

Diretora de Política de Empregos

Mariana Bicalho (PUC -
MG)

Diretora de Combate às Opressões

Richarlls Martins (Fiocruz -
RJ)

Diretora de Direitos dos Pós-Graduandos

Wellington Oliveira
(USP/UFMS)

Diretor de Universidades Estaduais

Moisés Alves (UFBA)

Diretora de Ensino à Distância

Thaylla Frazão (UFF)

Diretor Acadêmico e Científico

Raísa Vieira (UFG)

Diretora de Juventude

Johari Provezani (UNOPAR)

Diretor de Tecnologia da Comunicação e Inovação

Giovanny Kley (UFAC)

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ANPG.....	5
3. PROPOSTAS DOS GRUPOS.....	6
3.1 DIREITOS ESTUDANTIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:	6
3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO:.....	6
3.3 DESAFIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (MNPG): ...	7
3.4 ASSÉDIO E ADOECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO:	8
4. PROPOSTAS INDIVIDUAIS.....	10
4.1 DIREITOS ESTUDANTIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:	10
4.2 DESAFIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (MNPG)...	13
4.3 ASSÉDIO E ADOECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO.....	13
5. PROPOSTAS DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA	15
7. MOÇÕES:	18
7.1 MOÇÃO 1: REPÚDIO À PROPOSTA DE RETIRADA DE LICENÇA- MATERIDADE DO REGIMENTO DA UFV	18
7.2 MOÇÃO 2: REPÚDIO CONTRA O ASSÉDIO MORAL NO PPGEOP – UFAM....	19
7.3 MOÇÃO 3: PELA VALORIZAÇÃO DA PESQUISA MINEIRA	21
7.4 MOÇÃO 4: EM DEFESA DA EXTENSÃO POPULAR!.....	22
7.5 MOÇÃO 5: REPÚDIO Á MOROSIDADE JUDICIÁRIA EM CASOS DE SUPRIMENTO DO CONSENTIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM DE FILHOS PARA ESTÁGIO NO EXTERIOR DURANTE A PÓS-GRADUAÇÃO.....	23
7.6 MOÇÃO 6: APOIO À CANDIDATURA DE CONCEIÇÃO EVARISTO À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS.....	24
7.7 MOÇÃO 7: REPÚDIO AO PROJETO DE LEI Nº 6299/02	25
7.8 MOÇÃO 8: SOBRE OS CORTES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	26
7.9 MOÇÃO 9: A POSIÇÃO DA AMAZÔNIA NA CIÊNCIA DO BRASIL.....	27
CARTA DO I ENCONTRO DE MULHERES DA ANPG: LUGAR DE MULHER É NA CIÊNCIA.....	28
CARTA DA SAÚDE	31
CARTA DE BRASÍLIA.....	34



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

1. INTRODUÇÃO

O presente tomo refere-se ao conjunto de propostas dos grupos de discussões, individuais, dos Fóruns de Educação Básica, de Divulgação Científica, as moções e as cartas de saúde, das mulheres e de Brasília, onde, no primeiro dia de julho do ano de dois mil e dezoito, na Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos, na Universidade de Brasília (UnB), cerca de 700 delegados (as) e suplentes eleitos (as) de 72 instituições de ensino e/ou pesquisa de 20 Estados, reuniram-se na plenária final aprovando a eleição da nova diretoria 2018-2020, bem como o conjunto das propostas que nortearão os próximo biênio da nova gestão.





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

2. ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ANPG

Conforme Resolução do 41º CONAP, o 26º Congresso Nacional de Pós-Graduandos aprova a criação da 32ª Diretoria: Combate às opressões.





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

3. PROPOSTAS DOS GRUPOS

3.1 DIREITOS ESTUDANTIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:

1. Massificação das pautas da pós-graduação na sociedade com o fortalecimento das APGs para construir uma rede de influências e o movimento estudantil;
2. Valorização do pós-graduando como pesquisador na condição de trabalhador, tendo direito a 13º bolsa e auxílio-defesa;
3. Propor uma isenção da contribuição do INSS para não impactar no valor da bolsa e contabilizar o tempo de trabalho no cálculo da contribuição;
4. Lutar pela revisão do termo de compromisso, descentralizando o aval de autorização para a ausência dos pós-graduandos nos lócus da pesquisa, ou seja, além de ter o professor como orientador para autorizar a ausência, ter outras instâncias deliberativas;
5. Lutar pelas bolsas como um direito universal;
6. Que a ANPG faça fóruns e proponha à Capes a realização de uma pesquisa para identificar resultados e reflexos dos casos de conciliação do trabalho e bolsa de pesquisa.

3.2 AÇÕES AFIRMATIVAS NA PÓS-GRADUAÇÃO:

1. Lutar para que os processos de seleção na pós-graduação efetivem a política de ações afirmativas, judicializando no que couber, e que a reserva de vagas não seja aplicada apenas após o processo ter sido concluído, permitindo que em cada etapa, inclusive na prova de língua estrangeira, a reserva se efetive;

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

2. Que a proficiência em língua estrangeira não seja critério eliminatório nos processos seletivos de pós-graduação e que os programas das universidades fomentem o estudo da língua estrangeira;
3. Lutar pela defesa da assistência estudantil para todos as pós-graduandas e os pós-graduandos, adotando critérios socioeconômicos em especial para atender os segmentos mais vulnerabilizados, de maneira a impedir a evasão;
4. Criar Grupos de Trabalhos permanentes de ações afirmativas na ANPG;
5. Defender que no edital de seleção da pós-graduação já estabeleça a reserva de bolsas para cotistas conforme a resolução de reserva de vagas da universidade, do instituto e programa;
6. Lutar contra o epistemicídio do pensamento negro, indígena e de comunidades tradicionais na universidade;
7. Defender a inclusão dos pós-graduandos em todas as políticas nacionais e estaduais de Assistência Estudantil;
8. Lutar para que o marco legal de ciência, tecnologia e inovação altere o seu sistema de financiamento de modo a fomentar a igualdade social.

3.3 DESAFIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (MNPG):

1. Acompanhar as questões específicas de cada região, fortalecendo a base e fomentando a criação de APG's, ampliando os fóruns de divulgação científica, de educação básica, e saúde;
2. Fomentar o debate sobre o perfil dos pós-graduandos e qual ciência é feita hoje e para quem;
3. Promover, junto às APGs, atividades de formação sobre a Política Nacional de Pós-graduação e Ciência, Tecnologia e Inovação;

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

4. Reivindicar que os critérios da classificação das revistas sejam debatidos em espaços amplos incluindo os pós-graduandos;
5. Ampliar o diálogo com os conselhos regionais profissionais;
6. Lutar para que o MEC constitua uma base de dados com o perfil de estudantes EAD na pós-graduação;
7. Fortalecer as ações afirmativas no debate do Plano Nacional de Assistência Estudantil;
8. Construir uma plataforma eleitoral unificada da ANPG com a comunidade científica brasileira;
9. Lutar pela expansão da universidade pública de qualidade e popular com incremento de recursos.

3.4 ASSÉDIO E ADOECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO:

1. Questionar o modelo de universidade e os critérios de avaliação que exigem a produção a todo custo e priorizam a quantidade em detrimento da qualidade, haja visto o aumento de adoecimento da pós-graduação;
2. Integração das APG's, ANPG e reitorias no sentido de fortalecer o debate sobre o enfrentamento ao assédio e medidas de promoção da saúde mental, promovendo uma campanha integrada entre esses setores;
3. Fomentar o debate sobre o uso de drogas entre os pós-graduandos, incentivando a criação de grupos de redução de danos.
4. Criar uma base de dados da ANPG sobre os casos de adoecimento mental;
5. Divulgar as cartilhas e materiais impressos sobre as campanhas da entidade sobre o assédio;

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

6. Fomentar a criação de comitês nas APGs e universidade para ouvir, debater e oferecer assistência para as pessoas que sofreram assédio e adoecimento mental;
7. Promover um Seminário Nacional da ANPG para debater adoecimento mental, discutindo dados que foram coletados com o questionário da UNB e outros, sobre o tema, produzindo material e campanha junto aos profissionais de saúde;
8. Lutar pela revogação da emenda constitucional 95, com ampliação do PNAES e acesso dos pós-graduandos ao sistema previdenciário;





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

4. PROPOSTAS INDIVIDUAIS

4.1 DIREITOS ESTUDANTIS, TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS:

PROPOSTA 1: Participação Discente nos Conselhos Superiores das FAPs

Proponente: JEFFERSON DE MATOS CAMPOS - FIOCRUZ

As fundações estaduais de amparo à pesquisa FAPs estão previstas na Constituição e assumem um papel chave para o desenvolvimento científico e tecnológico. Os conselhos das FAPs são formados por representantes de entidades de pesquisa. Embora o pós-graduando seja bolsista e exerça papel fundamental na execução de projetos de pesquisa financiados por essas agências, a participação discente nestes colegiados ainda não acontece. Por isso, propomos que haja representação de pós-graduandos em todos os conselhos superiores de fundações de amparo à pesquisa, possibilitando o enfrentamento aos desafios de Ciência e Tecnologia no país.

PROPOSTA 2: Em defesa da distribuição equânime de recursos para Ciência, Tecnologia e Inovação

Proponente: Mayara de Matos - APG da FIOCRUZ - RJ

Defendemos a melhor distribuição de recursos para o Ensino, Pesquisa e Extensão, de acordo com as desigualdades regionais, geográficas, históricas e sociais fomentando o ensino, a pesquisa e a extensão nas regiões norte e nordeste, de maneira estruturada, articulando financiamento contínuo de longo prazo, formação, contratação e fixação de pessoal.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

PROPOSTA 3: Combate ao Corporativismo nos Processos Seletivos da Pós-Graduação

Proponente: Thamyres Sabrina Gonçalves - APG UFVJM

Lutar para que os programas de pós-graduação prezem pela transdisciplinaridade do conhecimento e respeitem pós-graduandos de diversas profissões, grupos étnicos e países.

PROPOSTA 4: Representação Discente nas Ouvidorias das Universidades e nas Instituições de Pesquisa

Proponente Thais Duarte Zappellini - Mackenzie

Implementar um grupo de trabalho para lutar pela Representação Discente nas Ouvidorias das IES e nas Instituições de Pesquisa com objetivo de evitar a criação de obstáculos no encaminhamento e solução das denúncias apresentadas.

PROPOSTA 5: Assistência Estudantil e Alimentação em períodos especiais

Proponente Ana Carolina Murad Lima - USP

Lutar pela ampliação do acesso à alimentação em restaurantes universitários e auxílio-alimentação para a pós-graduação, tendo em vista que muitos pós-graduandos desenvolvem projetos e pesquisas que exigem a presença na universidade aos domingos e feriados. Essa demanda pode ser atendida estendendo o horário de funcionamento dos restaurantes universitários ou estendendo o auxílio alimentação.

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

PROPOSTA 6: Lutar para pontuar a representação discente nos processos seletivos da pós-graduação

Proponente: Thamyres Sabrina Gonçalves - APG UFVJM

Lutar para pontuar a representação discente nos processos seletivos da pós-graduação

PROPOSTA 7: Políticas de Acessibilidade e inclusão

Proponente: Thays Merçon - APG FIOCRUZ-Rio de Janeiro

Que a ANPG lute para que os programas e instituições possam implementar políticas inclusivas para a promoção do acesso e da permanência de estudantes com deficiência nos programas de pós-graduação.

PROPOSTA 8: Por paridade no processo decisório de bolsas

Proponente: Gabriele Souza Valadão - (USP-Piracicaba)

Atualmente o regimento da CAPES estabelece que as comissões de bolsas sejam paritárias. No entanto, deixa facultativo aos programas de pós-graduação se os processos ou atribuição de bolsas devem ser feitos via comissão de bolsas ou comissão coordenadora de programa. Concretamente, isso permite que pouquíssimos processos ocorram em comissões paritárias. Nesse sentido, propõe-se que a CAPES fiscalize e garanta a paridade nas comissões de bolsa.

PROPOSTA 9: Por duração equivalente de bolsas e prazos

Proponente: Lauro de Camargo Neto - (USP-Piracicaba)

A ANPG deve reivindicar maior estabilidade na duração das bolsas de pós-graduação, lutando contra os critérios da CAPES que, atualmente, permitem o corte em meio ao período de duração mínima do curso.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

4.2 DESAFIOS DO MOVIMENTO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS (MNPG)

PROPOSTA 1: ANPG pela Base

Proponente: Alice Pina - UFRJ

Que a ANPG apresente no início dos seus fóruns (CONAP, CNPG) um documento contendo o conjunto de resoluções aprovadas no fórum anterior, o relatório de efetivação ou não das propostas e um relatório orçamentário com prestação de contas.

4.3 ASSÉDIO E ADOECIMENTO NA PÓS-GRADUAÇÃO

PROPOSTA 1: Que os filhos de pós-graduandos tenham matrícula garantida nas creches

Proponente Thamyres Sabrina Gonçalves - APG UFJVM

Atualmente muitos estados estão colocando critérios como pré-requisito para prioridade de vagas nas creches, desse modo, propõe-se que a matrícula na pós-graduação seja considerada, evitando assim evasão de mulheres pós-graduandas.

PROPOSTA 2: Percepções de docentes sobre assédio e adoecimento na pós-graduação

Proponente: Karlo Gregório Guidoni Martins – UFG

Propomos a elaboração em parceria de questionários sobre a percepção dos professores e professoras sobre assédio e saúde mental na pós-graduação, como por exemplo o da UNB. O questionário poderia envolver a percepção do docente enquanto ainda era discente, perguntar aos docentes qual seria a opinião sobre os casos de assédio e adoecimento na pós-graduação, etc.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

PROPOSTA 3: Rede de apoio à Saúde Mental

Proponente Túlio Paulo Alves da Silva – **IMIP**

Parceria da ANPG com as APG's para articular uma rede de apoio em saúde mental, composta por uma equipe mínima multiprofissional com psicólogo, psiquiatra e assistente social, para acolhimento das e dos estudantes de pós-graduação em sofrimento psicossocial nos âmbitos das instituições de ensino superior.

PROPOSTA 4: Assédio na Pós-Graduação: A principal arma contra o assédio é a organização dos pós-graduandos

Proponente Richarlls Martins- **Fiocruz - RJ**

O grupo de trabalho da ANPG sobre assédio deve agregar mais interessados na construção coletiva desse fórum e iniciar uma campanha nacional para divulgar sua existência e ampliar sua força. Seu papel é explicar o que é assédio fornecer orientação, inclusive para busca de auxílio psicológico. Somente pela organização dos pós-graduandos será possível proteger a vítima e garantir uma investigação e desfecho justo nos casos de assédio.



5. PROPOSTAS DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO BÁSICA

1. A ANPG deve combater as concepções neoliberais de educação, estimulando a pluralidade e valorizando a educação afro-brasileira, indígena e dos povos tradicionais;
2. A ANPG deve fortalecer a relação com movimentos sociais, sindicatos e entidades estudantis em defesa da educação pública, gratuita, popular e inclusiva, a exemplo do CNTE, ANDES, Forundir, entre outros, visando à emancipação humana;
3. A ANPG deve colocar-se em defesa do financiamento estatal da educação pública;
4. A gestão da ANPG deve participar dos fóruns locais em defesa da educação pública;
5. A ANPG deve fomentar o funcionamento do Fórum de educação básica, utilizando-o como instrumento para enfrentamento da escola sem partido, reforma do ensino médio, extinção do PIBID e criação da residência pedagógica;
6. A ANPG defende a universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática e inclusiva;
7. A ANPG deve lutar pela valorização da integração entre ensino, pesquisa e extensão nos critérios que envolvem a avaliação da pós-graduação;
8. A ANPG coloca-se em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação, e contra a precarização do trabalho docente e terceirização;
9. A ANPG repudia a militarização e fechamento de escolas no Brasil, e luta pela revogação da PEC dos gastos;
10. A ANPG deve publicizar os documentos que apresentam conceitos tomados pela entidade no que concerne à CT&I;
11. A ANPG defende a efetivação da portaria de ações afirmativas na pós-graduação;

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

12. A ANPG deve colocar-se em defesa da ampliação da faixa etária de estudantes que participam do esporte universitário;
13. A ANPG deve trabalhar pela ampliação de encontros do fórum de saúde;
14. A ANPG deve lutar pela garantia de comissões de bolsas paritárias dentro dos programas, com extinção da segunda prerrogativa do colegiado;
15. A ANPG deve lutar pela reformulação normativa da concessão de bolsa, com proposição dos acúmulos da entidade.





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

6. PROPOSTAS DO FÓRUM DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A ANPG deve:

1. Criar uma rede colaborativa para divulgação científica, blog e boletins;
2. Intensificar a luta pela democratização da mídia;
3. Fomentar a discussão de integração entre as universidades;
4. Fortalecer a experiência da TV da ANPG;
5. Fomentar a discussão para mudanças no barema dos programas de pós-graduação, de forma a incluir outras formas de divulgação;
6. Apresentar à CAPES a proposta de inclusão de treinamento de divulgação científica e necessidade de regulamentar outros produtos científicos, para além das teses e dissertações.





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7. MOÇÕES:

7.1 MOÇÃO 1: REPÚDIO À PROPOSTA DE RETIRADA DE LICENÇA-MATERNIDADE DO REGIMENTO DA UFV

Proponente Diogo Sena Baiero UFV e Marianna Ribeiro da Silva UFV

Signatário 1 Laís Moreira DIREÇÃO

Signatário 2 Thiago Dias FMDC

Signatário 3 Caique Menezes UFVJM

Signatário 4 Dandara Tamires UNIMONTES

Signatário 5 Elisdael Oliveira UNIMONTES

Signatário 6 Thamyres Sabrina UFVJM

Signatário 7 Leandro Mendes UFVJM

Signatário 8 Marianna Ribeiro UFV

Signatário 9 Diogo Sena Baiero UFV

Contrariando a Lei Federal nº 13.536/2017, que dá direito ao afastamento por maternidade para estudantes pós-graduandas, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal de Viçosa propôs, em reunião do seu Conselho Técnico de Pós-graduação Stricto Sensu a retirada de licença-maternidade para cômputo da integralização de seus cursos. Por isso, repudiamos tal ato, tendo em vista a luta da ANPG para garantir às mulheres pós-graduandas o direito à licença de 120 dias e à continuação de sua bolsa pelo mesmo período.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.2 MOÇÃO 2: REPÚDIO CONTRA O ASSÉDIO MORAL NO PPGEOG – UFAM

Proponente Dhyene Vieira dos Santos UFAM

Signatário 1 Fernanda Nagila dos Santos USP

Signatário 2 Ticiane Pereira de Oliveira USP

Signatário 3 Amanda Caroline Hepremy Oliveira USP

Signatário 4 Railson da Cruz Almeida UFAM

Signatário 5 Tulio Gonçalves Gomes UFPA

Signatário 6 Paulo Thiago Oliveira de Souza UFAM

Signatário 7 Cássia Patrícia Silva Nascimento UFAM

Signatário 8 Paulo César Marques Holanda UEA

Signatário 9 Sandro Silva Rocha USP

Signatário 10 Dhyene Vieira dos Santos

Nós estudantes de pós-graduação da UFAM, IFAM e UEA, representantes do Estado do Amazonas, presentes no XXVI Congresso Nacional de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos em Brasília, queremos tornar público nosso repúdio aos vários casos de assédio moral e sexual de um professor contra alunas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEOG da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

As alunas foram a público denunciar no colegiado e protestaram por meio de cartazes espalhados pela UFAM e página criada em rede social - *#NãoVãoNosCalar PPGEOG UFAM* - mostrar indignação sobre o silenciamento institucional a respeito desta prática solidamente recorrente nas universidades.

Após a reunião, onde foram relatados pelas denunciante os assédios investidos do professor contra elas, além dos relatos de professores que passaram por situações vexatórias na companhia do mesmo e das professoras que passaram por assédio sexual dentro da UFAM por

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

seus pares, foi deliberado por decisão unânime do colegiado do PPGEOP o descredenciamento do mencionado professor. Depois de ter sido decidido o descredenciamento, o coordenador do Programa leu um documento enviado pelo professor denunciado, no qual solicitava o seu desligamento um dia antes da reunião, ação esta que corrobora com a não continuidade do processo.

Diante desse contexto, viemos reiterar a importância das denúncias destas práticas que têm ocorrido com frequência nos diversos âmbitos institucionais das Universidades. O professor assediador foi descredenciado, porém, a situação mencionada parece ter ficado apenas no âmbito da “denúncia social”, sem uma resposta efetiva da Instituição, pois, até o momento, não foi entregue a ATA da reunião de denúncia que culminou no descredenciamento do citado professor pelo colegiado do PPGEOP, documento legal que possibilita prosseguimento do processo.

Por este motivo foram espalhados cartazes pelo Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais-IFCHS e outras dependências da Universidade como forma de pressão para que medidas efetivas sejam tomadas, caso contrário as alunas denunciantes compreendem que a instituição está compactuando com o assediador. Diante deste cenário, as pós-graduandas sentem na pele o quanto o corporativismo impera nas instituições, principalmente quando se trata do machismo.

Pela justificativa exposta pedimos ajuda para visibilidade deste caso, que não é isolado, a “denúncia social” realizada pelas pós-graduandas do PPGEOP-UFAM está sofrendo o processo de silenciamento, pois os cartazes espalhados pela Universidade estão sendo retirados, demonstrando que há condescendência com esse tipo de postura.

Afinal, um professor que fala: “Para ter um bom mestrado, tem que namorar comigo”; “Morre pai, morre mãe, tem que estar aqui”; “Teu cérebro é pequeno demais”; “Mulher: ou é bonita, ou é inteligente, os dois não dá”; “Agora que todo mundo saiu, podem soltar a franga”; “Quando eu falar, aluno tem que ficar calado”, não deve ficar impune.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.3 MOÇÃO 3: PELA VALORIZAÇÃO DA PESQUISA MINEIRA

Proponente Thiago Dias Silva FMDC

Signatário 1 Thiago Dias Silva FMDC

Signatário 2 Diogo Sena Baiero UFV

Signatário 3 Elisdael Oliveira Santos UNIMONTES

Signatário 4 Caique Menezes Alves UFVJM

Signatário 5 Dandara Tamires Castro Rosa UNIMONTES

Signatário 6 Maycon Luiz A. Magalhães UFVJM

Signatário 7 Thamyres Sabrina Gonçalves UFVJM

Signatário 8 Laís Moreira Silva Direção

Signatário 9 Leandro Mendes Pinheiro da Silva UFVJM

Signatário 10 Marianna Ribeiro da Silva UFV

Nós, pesquisadores e pesquisadoras presentes no 26º CNPG, acreditamos que o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação é a principal forma de tirar o estado da crise econômica desencadeada pelos governos Aécio-Anastasia. Sendo assim, declaramos total apoio aos bolsistas da FAPEMIG que vêm sofrendo com atraso nos pagamentos de bolsas afetando suas necessidades básicas e que, mesmo assim, se mantêm firmes na busca de saídas/alternativas para o andamento de suas pesquisas. Neste sentido, convocamos as APGs, representações discentes e pesquisadores em geral a se somarem às iniciativas de mobilização em defesa da produção científica e financiamento da pesquisa em Minas Gerais, assim como a valorização dos pesquisadores.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.4 MOÇÃO 4: EM DEFESA DA EXTENSÃO POPULAR!

Proponente Hérisson Joaquim de Oliveira USP

Signatário 1 Marianna Rodrigues Vitória UFRGS

Signatário 2 Gabriela Mariano Mendonça USP

Signatário 3 Helena D'Anunciação de Oliveira FIOCRUZ

Signatário 4 Mayara de A. Lima de Carvalho FIOCRUZ

Signatário 5 Felipe de Souza Araújo UFRJ

Signatário 6 Alice Matos de Ana UFRJ

Signatário 7 Maria Ferreira de Farias IFAL

Signatário 8 Antônio Azi Neto UNIT

Signatário 9 Gabriel Maurílio Colombo de Freitas ESALQ – USP

Defendemos o fortalecimento da extensão popular na pós-graduação! Atualmente, temos um universo de pesquisa isolado da realidade da maioria da população, produzindo ciência e tecnologia a reboque de uma política neoliberal de desenvolvimento.

Precisamos ampliar o diálogo com movimentos sociais e o conjunto do povo trabalhador e, com isso, modificar a atual forma de produção de conhecimento das universidades.

Portanto, saudamos as mais diferentes iniciativas que promovem a integração da pesquisa com projetos de extensão popular.



26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.5 MOÇÃO 5: REPÚDIO Á MOROSIDADE JUDICIÁRIA EM CASOS DE SUPRIMENTO DO CONSENTIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM DE FILHOS PARA ESTÁGIO NO EXTERIOR DURANTE A PÓS-GRADUAÇÃO.

Proponente Sabrina Thamyres Tamago APG UFVJM

Signatário 1 Flávia Gil Godinho dos Santos UFJM

Signatário 2 Icaro Rodrigues dos Santos FIOCRUZ

Signatário 3 Jefferson de Matias Campos FIOCRUZ

Signatário 4 Thays Merçon FIOCRUZ

Signatário 5 Mayara de Y. Lacerda de Carvalho FIOCRUZ

Signatário 6 Helena D Anunciação de Oliveira FIOCRUZ

Signatário 7 Roberto Rodrigues Ferreira FIOCRUZ

Signatário 8 Richard Martins FIOCRUZ

Signatário 9 Priscila Gonçalves Moura

Signatário 10 Sabrina Thamyres Tamago UFVJM

Nós, pós-graduandos no 26º Congresso da ANPG, em 2018, expressamos nosso repúdio à lentidão com que o sistema judiciário tem julgado os casos de solicitação de suprimento do consentimento da autorização de viagem, para que pós-graduandas que necessitem sair do país em função de suas pesquisas possam levar seus filhos, quando há situação de litígio entre os pais com relação à permissão da ida da criança. Ressaltamos que tal morosidade tem prejudicado, sobretudo as mulheres, que em função do machismo expressado na conjuntura social brasileira, são majoritariamente responsáveis pelos filhos após a separação. Tal lentidão, tem contribuído para a desigualdade de gênero que já é tão grande na academia brasileira pois, quem precisa sair para fazer um doutorado de curto prazo no exterior precisa de tranquilidade de poder levar seu filho sem pré-julgamentos.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.6 MOÇÃO 6: APOIO À CANDIDATURA DE CONCEIÇÃO EVARISTO À ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Proponente Richard Martins **FIOCRUZ**

Signatário 1 Mayara de Mattos L. de Carvalho **FIOCRUZ**

Signatário 2 Priscila Gonçalves Moura **FIOCRUZ**

Signatário 3 Jefferson de Matias Campos **FIOCRUZ**

Signatário 4 Thays Merçon **FIOCRUZ**

Signatário 5 Wagner Rafael Maciel de Souza **UFRJ**

Signatário 6 Rosilene Aparecida dos Santos **FIOCRUZ**

Signatário 7 Marianna Rodrigues Vitória **UFRGS**

Signatário 8 Elis Regina Castro Araújo **UFG**

Signatário 9 Roberto Rodrigues Ferreira **FIOCRUZ**

Vimos por meio desta moção fortalecer a candidatura de Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras.

A escritora é responsável por reescrever a história da população negra, em especial, das mulheres negras, a partir do olhar de quem a vivência.

A eleição de Conceição é o reconhecimento merecido e necessário de sua grande contribuição à literatura brasileira.





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.7 MOÇÃO 7: REPÚDIO AO PROJETO DE LEI Nº 6299/02

Proponente Wagner Rafael Maciel de Souza **UFRJ** e Denise Braga Dourado **UFBA**

Signatário 1 Tuani Guimarães de Ávila Augusto USP

Signatário 2 Diego Nicolas Ferrari UFRJ

Signatário 3 Felipe de Souza Araújo UFRJ

Signatário 4 Alice Matos de Pina UFRJ

Signatário 5 Lauro de Camargo Neto USP

Signatário 6 Ana Carolina Murad Lima USP

Signatário 7 Mayara Mattos de L. Carvalho FIOCRUZ

Signatário 8 Elis Regina Castro Araújo UFG

Signatário 9 Otto Herlda UFRJ

Signatário 10: Manuele Maria Marques Matias – UERJ

Signatário 11: Pedro H. Correa – UERJ

Signatário 12: Daniela Pena Moreira – UFMG

Signatário 13: Roberto Rodrigues Ferreira – FIOCRUZ

Signatário 14: Eduardo Carvalho de Souza - UECE

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos mundial, no entanto, o uso dessas agrotóxicos gera impactos ofensivos à saúde de toda a população, tanto do trabalhador do campo que trabalha com uso do veneno, quanto de toda a população que consome os alimentos contaminados. Dessa forma, o PL “pacote de veneno” coloca em risco à saúde da população brasileira, necessitando articular e fortalecer os movimentos sociais em defesa de um Brasil sem veneno e ampliar o debate e políticas para dar forças à produção agroecológica sustentável para o Brasil e para o mundo. Repudiamos a aprovação em comissão especial no Senado Federal do projeto de lei nº 6299/02, apresentado pela “Bancada Ruralista”. O texto flexibiliza a já condescendente legislação brasileira sobre agrotóxicos. Na contramão de relatórios da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, da SBPC, e outras instituições, o PL permite a utilização

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

de pesticidas não aprovados pela ANVISA e IBAMA, bem como a omissão de informações claras sobre o uso dessas substâncias. A PL 6299/02 expõe a população brasileira a riscos graves e, por isso, somos contra sua aprovação. Faz-se necessário também fortalecer a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

7.8 MOÇÃO 8: SOBRE OS CORTES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Proponente Ícaro Rodrigues dos Santos (Fiocruz)

No dia 04/06/2018, os cortes promovidos pelo governo federal, através da MP 839, cancelou milhões de reais referentes a diversos programas, incluindo programas do MCTIC, que tinha um orçamento de nove bilhões e, em 2018, passou a ter um orçamento de 3,9 bilhões. Ou seja, atualmente, detém um orçamento menor do que o de 50% de cinco anos atrás, e com perspectiva de piorar cada vez mais. Deste modo, em frente a essa redução drástica dos recursos de ciência e tecnologia do país, o XXVI CNPG considera fundamental iniciar e manter ações vigorosas junto com outras entidades acadêmicas, científicas, de ensino formal e não-formal e de pesquisa para recompor o orçamento do MCTIC.



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

7.9 MOÇÃO 9: A POSIÇÃO DA AMAZÔNIA NA CIÊNCIA DO BRASIL

Proponente José Maria Reis - UFPA

O fazer científico tem preceitos, normas, formas, desformas, metodologias, epistemologias cada vez mais diversas no mundo contemporâneo, contudo acreditamos numa ciência que seja mais do que isso, acreditamos numa ciência que tenha mais que o “como”, que tenha um “por que”, acreditamos numa ciência que liberte, que diversifique, que respeite, que não assedie, que não oprima, cremos numa ciência que socializa.

A Amazônia, seus povos, suas cientistas, seus cientistas anseiam por isso. A Amazônia vem, ao longo dos tempos, sendo um “repositório” de recursos e conhecimentos. Fomos ocupados para sermos explorados. Chega! Queremos uma ciência não colonial, epistemologias que reconheçam as sabedorias e cosmovisões das populações tradicionais que tem centenas, milhares de anos.

Queremos ciência da periferia, aquela ciência feita pelas comunidades e povos da Amazônia.

Nós, amazônidas queremos uma ciência que nos desenvolva, enquanto povo, enquanto povo, enquanto civilização.





EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

CARTA DO I ENCONTRO DE MULHERES DA ANPG: LUGAR DE MULHER É NA CIÊNCIA

De 29 de junho a 1º de julho, na Universidade Brasília (UnB), aconteceu o 26º Congresso Nacional de Pós-Graduandos (CNPNG). Antecedendo esse congresso, a ANPG, por iniciativa e organização da diretoria da entidade, realizou o I Encontro de Mulheres Pós-Graduandas.

Os debates do I EME da ANPG acontecem em um cenário de ruptura democrática, onde o neoliberalismo aliado ao conservadorismo ataca os corpos, desejos e a vida das mulheres, como aconteceu no Rio de Janeiro, no assassinato da vereadora Marielle Franco, como um nítido exemplo da não aceitação das mulheres na política. Por isso, neste encontro reafirmamos e denunciemos a ofensiva neoliberal marcada pela retirada de direitos que ameaça nossa autonomia, soberania e intensifica a exploração do nosso trabalho, reforçando a divisão sexual do trabalho que também se encontra reproduzida no ambiente acadêmico e de produção científica.

O avanço do conservadorismo mostra sua face mais cruel na reprodução da violência sustentada pela estrutura patriarcal, racista e LBTfóbica, atacando principalmente a população mais pobre do país. O aumento da violência contra as mulheres faz com que as mulheres se sintam cada vez mais inseguras em ocupar espaços que nos foram historicamente negados e que, com o avanço do feminismo, temos ocupado cada vez mais.

Na universidade, isso se reflete não só no que se refere à violência física, mas envolve pressões psicológicas várias, assédios diversos que interferem diretamente na construção do conhecimento das mulheres pós-graduandas e na sua produção acadêmica. Por isso, acreditamos ser importante que as universidades garantam mecanismos de assistência à saúde das mulheres, que se encontram num espaço fortemente marcado pela hierarquização e pelo patriarcado, deixando as mulheres mais vulneráveis a situações de opressão.

Hoje, as mulheres já são mais da metade das e dos estudantes da pós-graduação no país, contudo continuam recebendo menor auxílio de bolsas para

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

pesquisa e extensão, num cenário de agudização do corte de recursos que garantem a inclusão e permanência das mulheres nas universidades e na pós-graduação, e ocupando menos cargos de chefia e direção de projetos, situação que é um nítido reflexo da sociedade patriarcal.

As mulheres pesquisadoras que produzem ciência e tecnologia devem ter seu direito de permanência garantido. Nessa gestão da ANPG, protagonizamos a luta pelo direito à licença maternidade para as estudantes e pesquisadoras mães, mas acreditamos que muito temos que avançar. A sobrecarga de trabalho representada por uma tripla jornada de trabalho que inclui a pesquisa, o cuidado da casa e da família, atinge de forma cruel nós mulheres.

Defendemos que é fundamental políticas públicas de Estado que garantam que a responsabilidade parental não sobrecarregue as mulheres e, por isso, pautamos a importância de creches, que a licença maternidade seja, de fato, efetivada e ampliada para as pós-graduandas e, também, que a licença paternidade seja uma realidade na pós-graduação, compartilhando o trabalho reprodutivo, tão essencial para a sustentabilidade da vida. Para além disso, defendemos que a universidade deve estar preparada estrutural e programaticamente para lidar com as crianças no espaço acadêmico e que a auto-organização de estudantes, sobretudo as mães, possa avançar na defesa desses direitos.

Nós mulheres estamos ocupando cada vez mais o espaço da política e da produção da ciência e da tecnologia, contudo, ainda nos encontramos envoltas num discurso científico hegemônico masculinizado, patriarcal, racista, neoliberal e a serviço do capital. Para transformar a lógica da produção científica, consideramos essencial que as mulheres ocupem esses espaços e assumam não só a posição de poder, mas que ocupem esses lugares para transformá-los.

Num sistema onde o patriarcado autoriza e legitima a divisão entre homens e mulheres, é urgente e necessário que criemos estratégias que, para além de questionar as bases materiais que criam e sustentam as desigualdades, sejam capazes de garantir condições de sobrevivência e construção de autonomia das mulheres, não somente as

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

que estão inseridas na academia. O espaço da pós-graduação é marcado pela presença majoritária de brancas e brancos e, por isso, é necessário que ampliemos as cotas raciais para o acesso à pós-graduação, garantindo que o povo negro, sobretudo as mulheres negras, estejam cada vez mais no ambiente acadêmico e produzindo ciência. É fundamental voltar esforços para que a visibilização e a historização de conhecimentos populares, produzidos por mulheres, experiências e narrativas que são questionadoras dos paradigmas hegemônicos em suas diversas dimensões, aconteça dentro da academia, considerando este um campo importante para as transformações necessárias para o conjunto da sociedade. Por isso, defendemos a democratização da educação e da produção da ciência e que estas sejam anticapitalistas, antipatriarcais, antirracistas, antiLBTfóbicas e cada vez mais do povo e para o povo.



De 29 de junho a 1 de julho de 2018 LOCAL: Brasília - DF



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

CARTA DA SAÚDE

Nós, estudantes de pós-graduação em saúde, reunidos por ocasião do 26 CNPG julgamos que a atual conjuntura nos impõem um posicionamento claro e inequívoco em defesa do Sistema Único de Saúde. Mais do que meramente retórica, esse movimento se efetiva na revogação da legislação anti-povo aprovada desde maio de 2016. Entre elas encontra-se a EC do fim do mundo (EC 95) e o PL do Veneno (6299/02). Também se encontra na mesma categoria a “nova” PNAB (2436) e a “nova” PNSM (3588) que se traduz efetivamente em enfraquecimento da Estratégia de Saúde da Família e no encarceramento de dezenas de milhares de usuários da saúde mental em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas sob a égide de movimentos religiosos conservadores.

Também deliberamos que o debate sobre eventual implantação dos Plano de Saúde Populares destroem aquilo que está grafado – a suor e sangue – na constituição de 1988: a saúde como direito de todos e dever do Estado. Na mesma direção entendemos que a Agência Nacional de Saúde deve desempenhar efetivamente o papel de mediadora dos interesses da população contra os ataques especulativos do capital e se consolidar como reguladora e não como subserviente aos donos do capital.

Refletir sobre a formação em saúde repudiando as iniciativas que tenta desvirtuar uma formação orientada para o SUS. Nos colocando ainda contra o ensino a distância para os cursos de graduação em saúde na medida em que eles alijam o processo formativo e excluem dimensões da relação sujeito-a-sujeito.

Neste sentido, esse fórum aprova que os pós-graduandos, através de sua associação, a ANPG, devem lutar pela defesa radical do SUS 100% público, gratuito e de qualidade e também de restabelecimento da democracia no Brasil.

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

Repudiar o desmonte da pesquisa e, por tabela, da ciência, tecnologia e inovação que nos possibilitariam galgar novos patamares de desenvolvimento nacional e humano e de soberania nacional.

O racismo e a LGBTfobia se constituem problemas de saúde pública e entendemos nosso papel de defensores das políticas públicas de promoção da equidade. É nessa direção que apoiamos a despatologização das identidades trans. e nesse sentido solicitamos que o CFM publique um novo protocolo de saúde das pessoas transsexuais. Apoiamos a descriminalização do aborto no Brasil.

ANPG lutar para iniciativas de promoção de cuidado, autocuidado no âmbito da pós-graduação por entendermos que essas dimensões incidem diretamente na qualidade da ciência e dos cientistas que produz o Brasil.

Reconhecendo o ABRAScção como espaço fundamental de reflexão das práticas do fazer em saúde e, mesmo num cenário onde o golpe retire o seu financiamento não sejam penalizados os estudantes de pós-graduação, mas pensemos em alternativas junto ao conselho nacional de saúde e a comissão organizadora para garantir que o evento represente a diversidade dos estudantes que adentraram a pós-graduação na última década.

Nos comprometemos, para alcançar tais objetivos, intensificar as articulações com movimentos sociais e populares como também as instâncias de participação e controle social.

Apontamos por fim, nosso desejo de que o Fórum de Pós-graduando em saúde contemple de forma mais significativa a representatividade das cinco regiões do Brasil.



26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.



De 29 de junho a 1 de julho de 2018 LOCAL: Brasília - DF



EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

CARTA DE BRASÍLIA

Nós, pesquisadores e pesquisadoras de todo o país, reunidos no 26º Congresso Nacional de Pós-Graduandos, nos marcos das comemorações dos 100 anos da Reforma Universitária de Córdoba, nos inspiramos nos ares soprados por Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Oscar Niemayer para erguer a Universidade de Brasília, sede deste encontro.

Somos jovens pós-graduandas e pós-graduandos, trabalhadoras e trabalhadores, cientistas e discentes que acreditamos no vigor da riqueza do Brasil e de nossa gente. Acreditamos que só é possível ter justiça e felicidade para todos e todas se Educação, Saúde, Emprego, Ciência, Tecnologia e Inovação forem valorizados como elementos estruturantes de uma sociedade igualitária, desenvolvida e soberana.

Infelizmente, nos últimos anos, notadamente os do governo ilegítimo de Temer, são marcados pelo desmonte das bases estruturantes de uma nação forte. A indústria nacional e as principais empresas estatais, sob ataque da Operação Lava-Jato, foram enfraquecidas e pressionadas para serem privatizadas. O sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação fortemente assentado em instituições vigorosas, constituídas a partir dos anos 1950, como Capes, CNPq, FINEP, Embrapa, Embraer, Petrobrás, dentre outras, tem suas atividades esvaziadas e definham por inanição.

O Estado Democrático de Direito tem sido sistematicamente atacado. A criminalização dos movimentos sociais, partidos políticos e a perseguição de lideranças representam o Estado de exceção que se consolida a cada dia. A prisão e cassação dos direitos políticos do ex-presidente Lula sem provas concretas de crime é um evidente ataque à democracia, inviabilizando e tornando ilegítima sua candidatura.

Os cortes orçamentários draconianos, motivados pela aprovação da Emenda Constitucional 95, que congela os investimentos públicos por 20 anos, coloca em

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

risco políticas públicas como Educação, Saúde e Segurança Pública. Ameaça as universidades brasileiras que, diante da crise de financiamento, ficam vulneráveis às permanentes tentativas de acabar com seu caráter público e gratuito e pela censura ao pensamento crítico que nela é produzido. É necessário defender um projeto de universidade acessível, democrática, popular e inclusiva.

A opção pela desvalorização da ciência, expressos no fim do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, aliado à forte redução de investimentos na área, é o caminho oposto ao que devemos seguir para superação da crise econômica e política na qual estamos imersos. As grandes nações do mundo, que também sofreram com a crise econômica mundial, em nenhum momento deixaram de investir em C,T&I, porque sabem que o desenvolvimento tecnológico é um elemento impulsionador de um projeto de desenvolvimento econômico sólido e soberano. É um setor estratégico para a retomada do crescimento econômico desses países.

Os ataques à universidade brasileira superam os limites do debate orçamentário. São graves as operações realizadas pela Polícia Federal em que dirigentes de universidades foram conduzidos coercitivamente, como ocorreu na UFSC e na UFMG. A repercussão midiática espetacularizada e a condução desnecessária de "suspeitos" que nunca se negaram a prestar qualquer esclarecimento apontam para a arbitrariedade do poder judiciário brasileiro e atacam diretamente a autonomia universitária. Na UFSC, o desfecho foi trágico, levando à lamentável morte do então reitor Luiz Carlos Cancellier.

Na vida dos pós-graduandos e pós-graduandas essa crise tem se feito bastante presente. Nossos corpos e mentes adoecidos são o seu maior sintoma. Não está nada fácil produzir pesquisa sem bolsa, sem incentivo e estrutura, sem perspectivas de emprego e de futuro. Destacamos o impacto dos cortes de bolsas na permanência de negros e negras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, mulheres e LGBTQI na universidade. O machismo no âmbito acadêmico, culminando em assédios diversos às mulheres cientistas, e o epistemicídio acadêmico, expressão do racismo, devem ser superados. É por isso que precisamos estar unidos, organizados

26º CONGRESSO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS

EM DEFESA DA CIÊNCIA, DA UNIVERSIDADE E DO BRASIL:
O QUE É PÚBLICO NÃO SE VENDE.

em torno de pautas que nos levem à superação desses entraves e que pavimentem caminhos de mais esperança. É possível construir um Brasil diferente a partir da valorização da ciência nacional vinculada aos interesses populares!

A ANPG, durante os seus 32 anos de história, manteve um forte vínculo com as lutas democráticas e construiu importantes vitórias para as pós-graduandas e pós-graduandos. 2018 é um ano eleitoral da máxima importância, temos a oportunidade de devolver ao povo o direito de decidir quem será o próximo Presidente ou Presidenta da República e voltar a sonhar com uma realidade e um futuro mais próspero. É preciso que se lute pela realização de eleições livres e democráticas. Ao mesmo tempo, a ANPG deve construir uma plataforma eleitoral, junto às diversas entidades da sociedade científica, para apresentar a agenda da Ciência, Tecnologia e Inovação a todas candidaturas nesse importante debate.

O momento político que enfrentamos exige muita unidade de toda a comunidade científica, do movimento educacional e social brasileiros, para que juntos consigamos apontar rumos para retomar um projeto de país que tenha como vértice a valorização da ciência nacional vinculada aos interesses populares. Nesse sentido, convocamos a todos os pós-graduandos e pós-graduandas para a Marcha Pela Ciência, em apoio à pesquisa científica, que acontecerá no dia 08 de julho em capitais do país.

Brasília, 01 de julho de 2018.

Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG)